

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA INDÍGENA: CAMINHOS DA CONTRIBUIÇÃO E DO SILENCIAMENTO DA CONJUNTURA TERRITORIAL**

Junia Fior Santos

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH-UFGD). Bolsista CAPES. E-mail: junia.fs@hotmail.com

### **Introdução**

No século XX, as Ciências Humanas e Sociais passaram a contar com um significativo número de produções científicas sobre a história indígena do Brasil e dos países de fronteira, que contribuíram grandemente para o desenvolvimento dos estudos contemporâneos, do mesmo modo que esses trabalhos ainda suscitam muitas informações, eles também provocam inquietações, principalmente no que se refere à relação dos povos indígenas com seus territórios tradicionais.

Para a população Guarani os territórios de ocupações tradicionais constituem a base da sobrevivência física, social, política e cultural, ou seja, trata-se de um elemento essencial para a vida desses povos, que há muito tempo enfrentam um longo processo de luta e resistência contra as ações desrespeitosas daqueles que se consideram civilizados e, portanto, responsáveis pela aplicação dos direitos indígenas, teoricamente garantidos na legislação brasileira.

No decorrer do período colonial as relações com os territórios tradicionais foram se alterando, isto pois, as novas dinâmicas de ocupação estavam relacionadas as tentativas de distanciamento das ações genocidas e de exploração empreendidas pelos não indígenas, que de diferentes maneiras, investiram na catequização, na escravização e na eliminação dos povos Guarani.

Toda discussão concernente a esse difícil período da história indígena toca em algum momento na questão territorial, pois esta, encontra-se estritamente relacionada aos demais elementos da vida cotidiana, isto é, relaciona-se diretamente ou indiretamente a outros assuntos. Por isso, escolhemos cinco autores que produziram significativos trabalhos sobre diferentes assuntos referentes a vida dos povos Guarani utilizando fontes documentais produzidas no período colonial e que abordaram de diferentes maneiras a conjuntura territorial dos povos Guarani, são eles: Serafim Leite “História da Companhia

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

de Jesus no Brasil” (1938); Maxime Haubert “Una conquista espiritual” e “Los nuevos brujos” (1967); Arnaldo Bruzel “Os Trinta Povos Guaranis” (1978); Bartolomeu Melià “El modo de ser Guaraní en la primera documentación jesuítica” (1981); John Manuel Monteiro “Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo” (1994).

Desse modo, o presente ensaio tem por objetivo realizar uma breve análise de como esses cinco autores exploraram em suas fontes documentais, oriundas do período colonial, as informações acerca da conjuntura territorial dos povos Guarani, bem como as dinâmicas que constituíam esses espaços.

## **Diferentes perspectivas acerca do território Guarani**

A história nos mostra que toda discussão concernente a vida dos povos indígenas, exige um olhar atento para a questão territorial, pois esta, se encontra estritamente relacionada aos demais elementos da vida cotidiana. Os estudos contemporâneos nos mostram também que no decorrer da aproximação com os sujeitos não indígenas, os Guarani têm modificado suas relações com o território de ocupação tradicional, isso se deve, as restrições impostas pelo projeto colonizador.

Sobre os trabalhos que abordam brevemente alguns aspectos da dinâmica territorial dos povos Guarani no contexto colonial, destaca-se o texto: “História da Companhia de Jesus no Brasil”, do historiador português Serafim Leite, que através de fontes documentais produzidas por jesuítas, colonos e administradores relata, à sua maneira, como era a vida nas aldeias antes da conversão cristã. No decorrer de sua narrativa, o autor concede algumas informações sobre o tamanho das moradias e espaços externos de socialização dos povos indígena, o que nos faz refletir sobre a dimensão dos espaços de uso comum, e as características físicas dos locais escolhidos para habitar. Fundamentando-se nos tratados e cartas de Candin e Anch, o autor expõe:

Moravam os índios, antes da sua conversão, em Aldeias, em umas ocas ou casas mui compridas, de duzentos, trezentos, ou quatrocentos palmos, e cincoenta em largo, pouco mais ou menos, fundadas sôbre grandes esteios de madeiras com as janelas de palha ou de taipa de mão, cobertas de pindoba, que é certo género de palma que veda bem a água e dura três ou quatro anos. (LEITE, 1938, p. 84).

As aldeias descritas pelo autor contavam com grandes moradias que abrigavam as famílias extensas, compostas por cerca de duzentas pessoas, ainda sobre a organização

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

do espaço doméstico, o autor faz a seguinte observação “Parece a casa um inferno ou um labirinto” (LEITE, 1983, p. 84). A maneira como o autor compara os espaços e o modo de vida dos Guarani com aquilo que sua sociedade ocidental pondera sobre a concepção de inferno, mostra o estranhamento de Leite com relação a esses povos.

Segundo, Leite (1983, p. 85), as terras indígenas de São Paulo eram fartas em recursos naturais, o que chamava a atenção dos colonizadores que da forma mais cruel expropriavam essas terras, contudo, em determinada situação “[...] os índios estavam estabelecidos em terras, cuja maior parte pertencia aos Jesuítas desde o tempo de Tomé de Sousa, não prevaleceram, portanto, as pretensões dos colonos”. Tal ponderação poderia ser acompanhada do questionamento: Como os Jesuítas adquiriram essas terras? Quem morava nessas terras antes dos jesuítas? Todavia tais questionamentos não foram feitos.

Mesmo com pouca criticidade às fontes documentais, com as informações rasas e o desprezo pelo modo de vida tradicional dos povos indígenas, o trabalho de Serafim Leite é útil na reconstituição do passado, especialmente, ao apresentar elementos descritivos, que reforçam o que outros teóricos afirmam sobre as grandes extensões dos solos Guarani.

Seguindo a mesma linha, contamos também com a produção do antropólogo Maxime Haubert, intitulada “La vida cotidiana de los índios y jesuítas en las misiones del Paraguay”, que a partir de uma ampla discussão contempla sumariamente os aspectos territoriais dos povos indígenas do Paraguai e do Brasil nos séculos XVI e XVII.

A credibilidade concedida aos dados presentes nas fontes documentais transparece na escrita de Haubert, que concede pouca criticidade aos documentos produzidos por sujeitos parciais, que desconsideravam as escolhas e, sobretudo, os direitos dos povos indígenas.

Antes de adentrar a discussão central do texto, o autor faz uma introdução do assunto descrevendo a vida dos povos Guarani da América e segue apresentando informações sobre a maneira como esses povos formavam suas comunidades, como garantiam sua subsistência antes e após a chegada dos europeus, para então adentrar a organização da vida cultural e religiosa. O autor parte de uma pluralidade bibliográfica que lhe concede muitas informações que poderiam ser melhor exploradas, isso se faria

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

possível se o autor não confiasse tanto nos documentos jesuíticos, ao ponto de incorporar o discurso dos jesuítas à sua própria narrativa. Ao iniciar a discussão sobre a conquista espiritual promovida pelos portugueses, o autor faz uma consideração sobre o território dos povos Guarani:

En esta época, los guaraníes forman, notablemente, la nación india más numerosa. Ocupan un territorio muy extenso, que va desde Asunción hasta el dominio portugués, a lo largo del alto Paraná y del alto Uruguay. Están emparentados con los tupí de Brasil, y sobre todo con los tupinambas, dados a conocer en Francia por los cronistas de las tentativas coloniales en las costas suramericanas, en los siglos XVI y XVII (HAUBERT, 1967, p. 26).

O autor descreve o território ocupado pelos povos Guarani como um espaço repleto de riquezas e belezas naturais e destaca que as eventuais intempéries estimulavam o movimento migratório, mas em nenhum momento problematiza a mudança desse cenário e as limitações impostas pelo projeto de catequização realizado pelos jesuítas, que tentavam manter não só os Guarani como também, outros povos em espaços restritos para permanecerem sobre a vigilância da ordem religiosa e assim atenderem aos planos da Coroa Portuguesa.

Ao longo das discussões abordadas por Haubert (1967), é possível perceber que ele reproduz muitas das visões jesuíticas sobre os agenciamentos e as dificuldades em reunir os povos, pois eles estavam espalhados por grandes extensões territoriais. Fato esse, que certifica o que os povos indígenas ao longo de décadas vêm dizendo sobre a grande quantidade de terras e espaços de movimentação que possuíam antes das intervenções dos não indígenas. A falta de problematização é percebida em outros momentos do trabalho, como por exemplo no momento em que ele expõe a visão dos jesuítas sobre a não aceitação dos Guarani a estabelecerem a organização social dentro dos limites impostos pelos não indígenas, que, por sua vez, não compreendiam as relações simbólicas com a terra e tudo que ela produz.

Haubert (1967, p. 41) ao tratar da organização das “guerras justas” empreendida contra os povos considerados bárbaros, não revela que tais acontecimentos obrigavam muitas comunidades a deixarem suas terras em virtude da perseguição, e que essas terras foram, tempos depois, demarcadas como propriedades privadas ou públicas. Em síntese, o autor versa a conjuntura territorial, mas permanece priorizando a visão dos colonizadores.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda nesse seguimento, contamos com a obra do teólogo Arnaldo Bruxel, intitulada “Os trinta povos guaranis”, que ficou bastante conhecida pela riqueza de informações sobre as missões jesuíticas do Brasil e do Paraguai. Com seu rigor metodológico, o autor discutiu as complexas relações estabelecidas entre jesuítas, bandeirantes e os povos Guarani, adentrando em algumas questões concernentes a questão territorial.

Bruxel, detalha alguns aspectos da vida privada, do trabalho, das relações conjugais, da religião, da educação, das moradias, sempre exaltando as ações da missão jesuítica na transformação dos costumes Guarani. Logo de início, o autor explica que no século XVII era muito comum os povos Guarani que ocupavam a região do Paraguai e também terras do atual Mato Grosso do Sul, serem nômades, isso se dava por dois motivos:

[...] eles eram nômades por sua própria índole, seduzidos pela vastidão da linda e rica natureza, e também por força das circunstâncias adversas: os guaranis, mais fortes, possivelmente empurraram a uns para dentro do mato, ficando eles mesmos entre o mato e o campo, no lugar mais favorável à agricultura, por sua maior fertilidade (BRUXEL, 1987, p. 9).

Essa ponderação, feita também por outros estudiosos, foi formulada a partir das observações dos documentos deixados por jesuítas, que expõem as possibilidades de mobilidade que os grandes territórios ofereciam aos seus habitantes, o autor explica ainda, os motivos que os levavam a migrar.

Os guaranis, além de caçadores e pescadores, frutíferos e meladores, eram agrícolas, com alguma plantação de milho, mandioca, batata-doce, abóbora, amendoim e algodão. Caça e pesca, bem como colheita de mel e frutas silvestres, pediam frequentes mudanças de residência, em busca de novos centros de abastecimento. A agricultura, no entanto, exigia permanência mais prolongada num mesmo lugar. Geralmente após uns seis ou sete anos abandonavam os índios a terra cansada, para continuar sua migração periódica, com a derrubada de mais um eito de mato contíguo. A abundância de caça e pesca e a boa terra para a agricultura fez deles uma nação forte, capaz de expulsar outras tribos de seus territórios ou de absorvê-los, sujeitando-os ao seu domínio (BRUXEL, 1987, p. 9).

Tais afirmações mostram que os Guarani migravam para outros locais em casos de necessidade, concedendo um descanso ao solo que tinha sido usado por um período ininterrupto para a agricultura familiar, quando os recursos para a subsistência já não eram mais os mesmos, e em casos de conflitos com outros grupos étnicos, o deslocamento era uma das alternativas encontradas. Os povos Guarani buscavam abundância de recursos

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

naturais e solos férteis, isso porque, eles tinham essa opção antes das ações exploratórias dos não indígenas.

Embora o autor faça algumas ponderações que retratam a importância do território de ocupação tradicional para os povos Guarani, é bom lembrar que o trabalho de Bruxel (1987) requer um certo questionamento acerca da confiabilidade de sua escrita, isto pois, o autor utiliza-se de fontes documentais originárias das reduções jesuíticas, como por exemplo as cartas anuais, isto é, documentos<sup>1</sup> que geram certas dúvidas pela carga de interesses dos pseudo colonizadores. No decorrer do seu texto, o autor faz algumas alegações que tencionam favorecer a imagem dos jesuítas, exemplo disso é o que ele diz sobre o trabalho nas reduções, “na terra missioneira sobrava fertilidade e bom clima” (BRUXEL. 1987, p. 62). Essa e outras considerações são feitas sem nenhum questionamento sobre a origem dessas terras, ou a problematização acerca da exploração da mão de obra indígena em suas próprias terras.

Ainda na década de 1980, os estudos sobre os povos indígenas da América Latina passaram por mudanças significativas, isso graças a inserção de novos diálogos, abordagens e metodologias que ampliaram e aprofundaram os estudos sobre aquilo que já tinha sido investigado, como também sobre questões que até então não eram discutidas em virtude da complexidade ou até mesmo por desinteresse. Com isso, as pesquisas históricas passaram a se atentar para as subjetividades existentes nesses documentos e com isso postularam novos questionamentos às fontes produzidas em períodos anteriores, o que resultou em novas leituras e novas asserções.

Os trabalhos científicos produzidos sobre os povos indígenas também apresentaram novas perspectivas críticas sobre a relação dos povos Guarani com os territórios de ocupação tradicional. Exemplo disso é o trabalho “El ‘modo de ser Guaraní em la primera documentación jesuítica (1549-1639)’ do antropólogo espanhol Bartolomeu Melià, que muito contribuiu para a escrita da história indígena, suas pesquisas documentais feitas a partir das cartas produzidas pelos jesuítas, lidas e interpretadas como se fossem representações do campo etnográfico, resultaram em reflexões provocantes,

---

<sup>1</sup> Como mencionado por Pinski e Luca (2011, p. 21), “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade”

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que incentivaram a confrontação de fontes e novos questionamentos acerca do passado desses coletivos.

Bartolomeu Melià, tendo claro que as cartas escritas por jesuítas durante os anos de 1594 a 1639 refletem as concepções da época, concedeu a elas novas leituras e críticas, em especial às cartas do padre Alonso Barzana a Juan Sebastián e a conquista espiritual do padre Antonio Ruiz de Montoya, que tratam do modo de ser Guarani a partir de uma visão eurocêntrica, descontextualizada e que desconsidera as diferenças, as diversidades e as particularidades territoriais dos coletivos Guarani.

Meliá, muito atento a subjetividade documental, abordou de forma cautelosa, os aspectos fundamentais da cultura Guarani, relacionando de forma objetiva a importância do território de ocupação tradicional para a sobrevivência da identidade étnica, da cultura e do modo de ser Guarani. As culturas dos diversos coletivos Guarani do solo brasileiro acompanham, mesmo sem querer, as dinâmicas organizacionais dos não indígenas, que, por sua vez, insistem em desrespeitar o que suas próprias diretrizes governamentais sempre reconheceram, que é o direito indígena às suas terras tradicionais.

De acordo com o autor, os povos Guarani habitavam terras consideradas boas para o cultivo de alimentos, sua permanência em determinado local dependia de diversos fatores, econômicos, políticos, religiosos, dentre outros, por isso, o tempo de permanência em um local podia variar. Como os territórios de ocupação tradicional eram extensos, era possível migrar para outra extremidade do solo sem sair do território, mantendo a conexão com esses espaços que além de proporcionarem os recursos necessários para a subsistência, proporcionava também os elementos imprescindíveis para viver como Guarani. As fontes analisadas por Meliá mostram como era antes dos impactos nefastos causados pelas frentes colonizadoras e as consequências causadas pelas reduções territoriais:

El modo de ser guaraní estaria ligado esencialmente al modo como los indios vivían su espacio geográfico. Datos de la época confirman el hecho de que los Guaraní estaban “viviendo a su antigua usanza en montes, sierras y valles, en escondidos arroyos, em três, cuatro o seis casas solas, separados a légua, dos, três y más, unos de otros [...]”. Ciertamente la “reducción” Pueblo, y el espacio que ella producía, se diferenciaban profundamente del tekoha guaraní, el lugar donde hasta entonces se había realizado y producido la cultura guaraní (MELIÁ, [1981]1988, p. 105).

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

As novas configurações territoriais advindas com os projetos de colonização passaram a mudar não só a dimensão espacial ocupada como também, a cultura Guarani, que passou a contar com novas dinâmicas organizacionais. Ao explicar que a busca pelo solo sem males, foi uma constante na vida desse grupo étnico, o autor escreveu: “En la búsqueda de un suelo donde poder vivir su modo de ser auténtico, los guaraní pueden haber hecho cristalizar tanto sus antiguas aspiraciones religiosas como la consciência de los nuevos conflictos históricos” (MELIÁ, [1981] 1988, p. 108). O viver de modo autêntico implica em ter liberdade para manifestar-se e viver de acordo com suas próprias dinâmicas internas.

Em outros momentos do texto, o autor demonstrou que aquelas fontes que apresentam versões estereotipadas acerca dos povos indígenas, são as mesmas que mostram que os Jesuítas tinham clareza de que para os Guarani e demais grupos étnicos o entendimento de território era diferente da noção que os não indígenas tinham desse mesmo elemento, essa diferença se manifestava na forma de viver e estar no solo tradicional.

Um outro antropólogo e historiador que muito contribuiu para a história indígena é John Manuel Monteiro, autor da obra intitulada “Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo”, que lançou uma nova abordagem sobre os sujeitos que fizeram parte da história do bandeirantismo e da formação de São Paulo.

Monteiro (1994), ao falar das aldeais dos povos tupi-guarani foi muito preciso ao mencionar que as fontes documentais do século XVI, assim como os trabalhos produzidos sobre os povos indígenas nesse contexto histórico não mostram com precisão informações sobre a dimensão espacial das aldeias indígenas, mas que é possível obter importantes informações sobre a exploração da mão de obra indígena e sobre o projeto de aldeamento proposto pela Coroa portuguesa, que contava com uma grande porção de terras, em outras palavras: “Com o intuito de providenciar uma base para o sustento dos habitantes, cada aldeamento foi dotado de uma faixa considerável de terras” (MONTEIRO, 1994, p. 44).

Boa parte dos aldeamentos citados pelo autor, eram formados em territórios indígenas, a Coroa Portuguesa, autorizava a inserção dos jesuítas nesses espaços para atuarem como administradores, com a missão de disciplinar o maior número possível de indígenas “aliados”, ao mesmo tempo, liberava terras para exploração e consolidação de

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

seus interesses econômicos e políticos. Ainda de acordo com o autor, a concessão de sesmarias<sup>2</sup> nos leva a ter uma noção das restrições impostas por um projeto usurpador que impôs limites territoriais e sociais antes desconhecidos pelos povos indígenas.

Monteiro (1994), com sua rica experiência em pesquisas documentais nos mostra que é importante ter clareza de que o documento não é algo dado, não se impõe de forma espontânea, pelo contrário, o pesquisador deve procurá-lo considerando as suas diferentes naturezas, isto se faz, através do contraponto, da crítica, do cuidado com a história do outro. O autor demonstra em sua escrita o respeito às subjetividades do passado, que por sua vez refletem as especificidades de uma determinada época, espaços e culturas. A atenção apresentada ao protagonismo indígena na escrita do autor, nos concede alguns vestígios para refletir não só sobre os trabalhos realizados pelos Guarani e outros povos que não tinham suas identidades étnicas respeitadas nos aldeamentos, mas também sobre o trânsito dos colonos em busca de mão de obra indígena no sertão, e com isso, o nefasto avanço sobre os territórios dos povos Guarani.

Ao mencionar alguns dos interesses da Coroa portuguesa em permitir a escravidão indígena, o que contrariava os preceitos da própria legislação, Monteiro (1994) explica que a manutenção do trabalho forçado dos Guarani e demais povos indígenas era vantajosa na manutenção dos privilégios dos paulistas e por isso a Coroa fazia vistas grossas para o que acontecia na colônia. Contudo, o autor mostra também, que o aspecto paternalista de alguns senhores de escravos era manifestado no final de suas vidas, como mostra determinados testamentos e inventários, ao invés de donos de escravos muitos deles passavam a ser tutores dos indígenas, que até 1988 foram considerados incapazes de responderem por si. “Nos inventários da primeira década do século XVII, já aparecem índios “forros” ao lado de escravos legítimos nos arrolamentos de “peças”, inclusive entrando nas partilhas” (MONTEIRO, 1994, p. 140). Nesse contexto, houve a ressignificação das práticas escravistas, muitos paulistas que se diziam bem-intencionados ao assumir a tutela de indígenas obrigavam esses sujeitos a trabalharem em suas propriedades rurais. Como explica o autor, essa nova forma de exploração da mão de obra recebeu, assim como no processo anterior, muita resistência, pois tratava-se de

---

<sup>2</sup> Só receberiam terras em sesmarias os indígenas que aceitassem o projeto de descimento para a costa, sobre a legislação portuguesa e o reconhecimento ao direito dos povos indígenas às terras que ocupavam, ver Perrone Moisés (1992).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mais uma forma de desrespeito a vida indígena. Sobre as revoltas que aconteciam nas propriedades dos colonos, Monteiro explica:

Outra revolta, embora de menor porte, ocorreu no mesmo ano, próximo ao aldeamento de Conceição dos Guarulhos. Na ocasião, alguns Guarulhos rebelaram-se, matando João Sutil de Oliveira e sua mulher Maria Ribeiro, que, pouco antes, haviam estabelecido uma propriedade rural com 59 trabalhadores indígenas. Também neste caso, as causas da rebelião permanecem obscuras, porém, o inventário do casal morto na revolta oferece algumas pistas. Tendo ocorrido justamente na época em que os colonos começavam a espoliar as terras do aldeamento, transferindo seus residentes para a força de trabalho das propriedades coloniais, o que certamente acarretou conflitos, a revolta em questão se apresentaria como resposta a esta situação. Contudo, nem todos os índios da fazenda de Sutil de Oliveira vieram do aldeamento (MONTEIRO, 1994, p. 178).

Com base em informações obtidas após a análise de um inventário e outros documentos da época, Monteiro mostra a relação das revoltas indígenas, dentre elas, dos Guarani, com a expropriação territorial. Os povos Guarani não aceitaram as investidas dos colonos sobre seus territórios, que já se encontravam reduzidos, devido a nova política de demarcação de espaços geográficos. Monteiro (1994, p. 189), enfatiza que “na segunda metade do século XVII, o acesso tanto a terras economicamente viáveis, quanto a cativos índios, tornou-se bem mais difícil”, isto pois, os levantes passaram a ser mais frequentes e estrategicamente mais articulados com outros grupos interétnicos. Ao mesmo tempo que o autor, fundamentado em suas fontes históricas, expõe as diferentes estratégias utilizadas pelos não indígenas para explorar os territórios Guarani, também expõe as diversas maneiras encontradas por esses povos para defender seus solos.

## **Considerações Finais**

Como foi possível observar, embora a questão territorial não seja objeto central de discussão dos trabalhos de Serafim Leite, Maxime Haubert, Arnaldo Bruxel, John Manuel Monteiro e Bartolomeu Melià, de forma direta ou indireta podemos pensar os aspectos territoriais dos Guarani. Além de pensar a temática territorial, esses trabalhos também nos possibilitam pensar as diferentes formas de explorar os múltiplos vestígios da história indígena.

Essas potentes produções de objetivos e contextos diversos, revelam a dinâmica de posicionamentos dos autores diante do que as fontes documentais dizem ou não acerca

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos territórios de ocupação indígena e as concepções atribuídas a estes espaços geográficos pelas diferentes sociedades que disputaram este mesmo elemento.

Os territórios tradicionais, que, por sua vez, constituem a base da sobrevivência física, social, política e cultural, ou seja, trata-se de um elemento essencial para a vida dos povos Guarani, e por isso, a abordagem adequada deste tema é tão importante. Se, por um lado, temos o silenciamento diante dos fatos históricos que tratam da relação dos povos Guarani com seus territórios de ocupações tradicionais que fez parte de uma tentativa de apagar a importância que esses povos davam ao solo que ocupavam e as estratégias de resistência empreendidas frente ao processo de expropriação implantado pelos pretensos colonizadores. Por outro lado, dentre esses trabalhos temos aqueles que optaram pelo questionamento e pelo debate a respeito do principal elemento constituidor da vida, isto é, do imprescindível território.

## Referências Bibliográficas

BRUXEL, Arnaldo. Os Trinta Povos Guaranis, Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987 [1978].

HAUBERT, Maxime. “Una conquista espiritual” e “Los nuevos brujos”. In: La vida cotidiana de los indios y jesuitas en las misiones del Paraguay, Madrid: Temas de Hoy, 1991 [1967].

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

MELIÀ, Bartomeu. “El ‘modo de ser Guaraní en la primera documentación jesuítica” [1981]. In: El Guaraní Conquistado y Reducido: Ensayos de etnohistoria, Assunção: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1988.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 115-132.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina. *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.